

CAPÍTULO 1 Articulação entre Educação e Museologia

As últimas décadas do século XX, marcadas pelo crescimento do fenômeno da globalização, dos processos migratórios, da sociedade em rede, da alteração na idéia de desenvolvimento, foi o cenário propício para suscitar a ampliação das discussões museológicas envolvendo a idéia de museu como instrumento, ferramenta para intervenção social. O contexto social - antenado para o local, a diversificação, a democratização e o desenvolvimento - proporcionou a efervescência das idéias levando a reflexões sobre a mudança no cerne da Museologia, alterando assim a atenção central do objeto para o ser humano. O posicionamento ético do profissional não poderia mais estar centrado, apenas e exclusivamente, no patrimônio, era necessário que ocorresse a transferência do foco de atenção, das coleções para os públicos.

Uma série de reflexões e mudanças, evidenciadas no desdobramento das práticas museológicas, se seguem até a atualidade. O museu deixa de ser sinônimo de prédio e assemelha-se a território; o objeto museológico deixa de ser apenas material e descobre-se também imaterial; a preservação deixa de ser função central e cede espaço para a pesquisa e a comunicação; a coleção deixa de ser prioridade absoluta e proporciona lugar à comunidade; a exposição deixa de ser fim e transforma-se em meio; o público deixa de ser coadjuvante e assume o papel de protagonista. (van Mensch, 1989) Contudo, estas mudanças não são determinantes em todos os museus, elas ocorrem com intensidades diferentes e repercutem em diferentes contextos museológicos, como reflexo do posicionamento ideológico dos profissionais que atuam em museus. Isto também explica o fato da educação em museu ser entendida e aplicada de maneiras tão diversas nas instituições museológicas.

A relação existente entre museus e educação é longínqua. A concepção de museu adotada no final do século XVIII, converteu-o em elemento essencial para os esforços governamentais em educar os indivíduos. Vistos como instituições educacionais, os museus eram postos a serviço da formação da população, revestindo-se de um caráter filantrópico e muitas vezes disciplinador. (Real, 1969; Santos, 1990; Valdés Sagües, 1999; Faria, 2000; Aidar, 2002).

Desde então, a função educativa vem sendo utilizada para validar a utilidade social das instituições museológicas. Entretanto, a forma de entendê-la e aplicá-la varia bastante. Um exemplo disto é o documento referente ao 'Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus: Rio de Janeiro - 1958' (Araujo & Bruno, 1995), o qual expressa o pensamento museológico da época que especificava um cunho altamente didático ao museu, direcionando-o exclusivamente ao uso escolar. Limitado à teoria, centrado na prática, restrito ao setor educativo ou direcionado ao público escolar, diferentes eram as maneiras de interpretar e implementar o potencial educativo presente nos museus, quase sempre simplificado e desarticulado.

Contudo, a mudança de paradigma na Museologia - o foco de atenção dos museus é transferido do objeto para o ser humano - favoreceu o aumento de reflexões relacionadas ao caráter educativo dos museus e dos patrimônios, ampliando as ações e discussões voltadas a esta temática e conquistando espaço dentre as áreas de interesse e atuação da Museologia. Para Hooper-Greenhill (1998), o crescimento no interesse pelo potencial educativo do museu deve-se "en parte debido a las convicciones de las personas que trabajan allí de que los museos pueden y deben tener una importancia social más amplia"⁶ (Hooper-Greenhill, 1998, p.56), reforçando a idéia de que são as convicções pessoais dos profissionais que direcionam o desenvolvimento de um campo de atuação.

⁶ "em parte devido às convicções das pessoas que trabalham ali de que os museus podem e devem ter um maior significado social" (tradução livre da autora)

O crescente interesse pelo potencial educativo intrínseco aos museus e patrimônios pode ser acompanhado através do incremento de ações educativas nas instituições museológicas. Atividades, iniciativas, programas e projetos de cunho educativo ocupam cada vez mais espaço nas programações e agendas dos Museus, de maneira freqüente e regular, e passam a constituir uma espécie de serviço ofertado ao público.

É possível observar nas últimas décadas, o crescimento na implantação de áreas educativas em museus, no âmbito mundial, as quais contam com profissionais especializados e desenvolvem atividades contínuas e regulares. Grinpsun e Araujo (Museums & Galleries Commission, 2001) acreditam ser este “um reflexo da consciência de que um caminho para os museus enfrentarem os desafios da vida contemporânea consiste no estabelecimento de novas relações com os públicos, na perspectiva de construção de uma cidadania consciente.” (Museums & Galleries Commission, 2001, p.12) A construção destas novas relações com os públicos precisa privilegiar os aspectos educativos, os quais são capazes de agregar significativos ganhos aos visitantes, ao qualificar seu contato com o espaço e o acervo.

Indícios apontam que o interesse e a busca por qualificação dos profissionais educadores de museus tem crescido em comparação a décadas anteriores. Reflexo disso é a variedade na oferta de cursos e oficinas para profissionais que trabalham com educação em museus, a realização de fóruns, encontros, congressos, reuniões, seminários, além de outros eventos de classe sobre a temática museus e educação, e a criação de diversas redes virtuais de educadores de museus⁷. Fenômeno da atualidade, as redes

⁷ Uma rápida busca na internet foi capaz de localizar diversos grupos de profissionais interessados em discutir a temática educação em museus e compartilhar suas experiências, evidenciado o crescimento do interesse na área. Rede de Educadores em Museus (Brasil) <http://www.rem.org.br/>; Groupe de Recherche sur l'éducation et les musées (Canadá) <http://www.unites.uqam.ca/grem/>; Museum Education Roundtable (Estados Unidos) <http://museumeducation.info/>; Museum-Ed (Estados Unidos)

virtuais são criadas por iniciativa dos próprios profissionais e funcionam como ferramenta para organizar grupos de discussões, auxiliar no compartilhamento de experiências e divulgar assuntos de interesse dos envolvidos. Demonstram o envolvimento, o interesse, a iniciativa e a autonomia com que os profissionais passam a relacionar-se com sua área de trabalho.

De forma semelhante, observa-se que a produção acadêmica voltada ao diálogo entre a Museologia e a Educação tem sido ampliada, “diversos profissionais concluíram mestrado e doutorado na área, conferindo a esse campo do conhecimento um caráter mais científico.” (Cabral & Rangel, 2008, p.160). De acordo com a lista elaborada pelos membros do CECA-Brasil⁸, que reúne trabalhos de diferentes naturezas sobre educação e Museologia, produzidos pela comunidade brasileira até dezembro de 2008, é possível perceber que nas últimas décadas o interesse tem aumentado, sendo foco de diversos estudos acadêmicos. A análise demonstra que enquanto na década de 1980 foram publicadas por brasileiros 11 dissertações de mestrado e uma monografia de pós-graduação *lato sensu*, relacionada à temática Educação e Museologia, a produção cresceu nos anos seguintes. Na década de 1990 foram concluídas 03 monografias de pós-graduação *lato sensu*, 24 dissertações de mestrado e 07 teses de doutorado, e na década de 2000 [até

ed.org/index.php; Group for Education in Museums (Reino Unido)
<http://www.gem.org.uk/>

⁸ Committee for Education and Cultural Action (Comitê de Educação e Ação Cultural), é um comitê internacional do ICOM, que reúne profissionais de diferentes países interessados em educação e ação cultural direcionado ao patrimônio. Busca promover o desenvolvimento da educação e ação cultural em museus, através de diferentes iniciativas como organizar fórum internacional para troca de informações e cooperação entre os profissionais, facilitar a difusão dos conhecimentos, definir e manter elevados padrões profissionais, incentivar a investigação científica, prestar consultoria para o ICOM sobre questões de educação e ação cultural, entre outros. O ICOM (International Council of Museums = Conselho Internacional de Museus), é uma organização não-governamental internacional de museus e profissionais de museus, a quem está confiada a conservação, a preservação e a difusão do patrimônio mundial - cultural e natural, presente e futuro, material e imaterial - para a sociedade. Mantém relações formais com a UNESCO e a ONU.

o final do ano de 2008] foram desenvolvidas 28 monografias de pós-graduação *lato sensu*, 10 dissertações de mestrado e 17 teses de doutorado. O crescimento é visível, todavia a bibliografia especializada continua insuficiente, o que evidencia a necessidade de ampliar ainda mais as discussões, reflexões e a produção acadêmica que privilegie o caráter educativo dos museus e patrimônios.

Em suma, a relação entre Museu e Educação é intrínseca, uma vez que a instituição não tem como fim último apenas o armazenamento e a preservação dos bens culturais, mas sobretudo, “o entendimento e o uso do acervo preservado, pela sociedade, para que através da memória preservada seja entendida e modificada a realidade do presente”. (Santos, 1994, p.96). Contudo, existem diferentes formas de se estabelecer esta relação entre museus e Educação.

De acordo com Valdés Sagües (1999), até o princípio da década de 1970 o termo educação era comumente assimilado ao termo escolarização, pela população em geral. Posteriormente, a concepção do termo Educação foi ampliada e passou a identificar-se com o termo aprendizagem, levando à criação da expressão ‘educação permanente’. “La educación se convierte ahora en un proceso que dura toda la vida. La característica de permanencia es la que hace de la educación algo continuo y sin fin, que abarca toda la vida de una persona”. (Coombs, 1992 *apud* Valdés Sagües, 1999, p.62) Estas mudanças conceituais produziram profundas alterações, como percebe-se ao ler o Relatório da UNESCO de 1972,

“la educación permanente no es ni un sistema, ni um sector educativo, sino el principio en el cual se funda la organización global de un sistema y, por tanto, la elaboración de cada una de sus partes”⁹
(UNESCO, 1972 *apud* Valdés Sagües, 1999)

⁹ “A educação continuada não é um sistema, nem um setor educativo, mas o princípio em que se funda a organização global de um sistema e, portanto, a elaboração de cada uma de suas partes”. (tradução livre da autora)

O Relatório da UNESCO considerava também, que as alterações de diferentes ordens [econômica, técnica, social] que vinham acontecendo de forma acelerada no mundo, causaram uma maior necessidade de aprendizado que era modificado, por sua vez, na mesma velocidade. Para atender a esta necessidade e evitar disparidades entre os diferentes grupos sociais era necessário desenvolver outras formas de aprendizagem e outros modelos de ensino, os quais foram rapidamente denominados de educação não-formal e educação informal.

Através destes campos educacionais - educação formal, educação não-formal e educação informal - a educação tem vindo a desempenhar um papel ainda mais importante no desenvolvimento das pessoas e, conseqüentemente, da sociedade. Estas três esferas da educação¹⁰ formam uma rede de aprendizagem que torna o aprendizado possível para todos os membros da sociedade, da infância à velhice, de acordo com suas necessidades e interesses. E é justamente a idéia de uma educação permanente que deve prevalecer na sociedade,

“encarada como uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes e aptidões, da sua capacidade de discernir e agir. Deve levar cada um a tomar consciência de si próprio e do meio ambiente que o rodeia, e a desempenhar o papel social que lhe cabe enquanto trabalhador e cidadão.” (Delors, 1998, p.82)

¹⁰ Coombs e Ahmed (1975 apud Sagües, 1999) estabeleceram diferenças e definiram 'educação formal' como sistema educativo altamente institucionalizado, estruturado cronologicamente e hierarquicamente que se estende desde os primeiros anos da escola primária até os últimos anos da universidade; 'educação não-formal' como toda atividade organizada, sistemática, educativa, realizada fora do marco do sistema oficial, para facilitar a aprendizagem a determinados grupos da população, tanto adultos como crianças; e 'educação informal' como um processo que dura a vida inteira e na qual as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitudes e modos de discernimento mediante as experiências diárias e sua relação com o meio ambiente.

Porque conceber a educação como um conjunto de processos, facilita a idéia de educação como uma forma de vida, como algo desejável para assimilar os acontecimentos diários e como atitude positiva em relação ao mundo. (Hooper-Greenhill, 1998) Vistos como espaços multiculturais e interdisciplinares, como ambientes de contemplação, questionamento, descoberta, resignificação, mediação, encantamento, entretenimento, confronto e diálogo, os museus possuem grande potencial para oferecer oportunidades educacionais à pessoas de todas as idades, formações, habilidades, grupos sociais e etnias, sendo caracterizado como um espaço de educação não-formal.

Na esfera da educação não-formal, as atividades distinguem-se por possuir maior flexibilidade em relação ao tempo, espaços, conteúdos e metodologias de trabalho; abordar simultaneamente diversas áreas do conhecimento; privilegiar a aprendizagem baseada em aspectos do conhecimento prévio, da experiência de vida, do cotidiano dos envolvidos; trabalhar com a diversidade (etária, étnica, de gênero, econômica, de classe social...) além de possibilitar a participação e o diálogo, entre outras características. (Chiovatto, 2010)

Sendo a aprendizagem “fortemente influenciada pelos ambientes, interações sociais, crenças pessoais, conhecimento e atitude” (Falk e Dierking, 1992 *apud* Grinspum, 2000, p.32), é adequado afirmar que ela ocorre para além das escolas e universidades, tendo espaço em todos os lugares onde a disposição para aprender esteja presente. E esta disposição tem chances de ser bastante aparente em ambientes que proporcionam acesso a diferentes linguagens e estímulos, requisito essencial para uma sociedade marcada pela interação e pela autonomia, pelo largo uso da informação e da imagem. O museu enquanto um espaço que congrega dados, informações, saberes, teorias, discursos, testemunhos, opiniões, histórias e memórias, tem grande capacidade para mediar processos de construção de conhecimentos.

“Se defendemos o fortalecimento dos laços culturais, das raízes históricas dos diferentes

grupos, e a consciência das tradições, graças ao conhecimento universal, poderemos escapar da guetificação, do isolamento, da perda de humanidade. Tais instâncias podem assegurar no plano social e cultural a posse do conhecimento, pois o que possibilita superar a particularidade é o conhecimento universal e sobretudo, a compreensão da história”. (Kramer, 1998, p. 208)

E desta forma o museu busca contribuir para o progresso da sociedade através dos estímulos que provoca em seu público, tendo como intuito o seu desenvolvimento pessoal e social.

1.1 A Função Social do Museu

Como toda ferramenta projetada pelo ser humano, o museu foi criado para desempenhar funções e facilitar o alcance de finalidades, que por sua vez estão relacionadas ao benefício do seu próprio inventor. Fruto da sociedade, o museu possui um papel social que será compreendido e, conseqüentemente, cumprido de acordo com as concepções e a postura de sua equipe de profissionais, em conformidade com os interesses manifestados pelo mantenedor, seja ele governo, iniciativa privada ou sociedade civil.

Embora as percepções sobre o que seja a função social do museu variem amplamente ainda nos dias de hoje, Grinspum (2000) defende que desde que o museu se tornou público, no século XVIII, a função social tem sido motivo para justificar sua existência. Porém, a expansão de reflexões relacionadas ao caráter social das instituições e suas ações evidenciou-se, como fenômeno mundial, a partir da publicação, sobretudo, de quatro documentos produzidos entre 1958 e 1992, e que são sínteses das expectativas e dos desafios percebidos pelos profissionais de museus em relação ao papel social dos museus.

“As conclusões do Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos Museus [Rio de Janeiro, 1958], que indicou

um objeto de estudo para a Museologia; a Declaração da Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972, que introduziu o conceito de museu integral, abrindo novas trilhas para as práticas museais; a Declaração de Quebec, de 1984, que sistematizou os princípios básicos da Nova Museologia e a Declaração de Caracas de 1992, que poderia ser interpretada como uma avaliação crítica de todo esse percurso ao reafirmar o museu enquanto canal de comunicação”. (Araujo & Bruno, 1995, p.6)

Entre os Encontros, pode-se destacar um que em especial acelerou, simultaneamente, em diferentes contextos, os debates críticos relacionados à responsabilidade social das instituições museológicas. Ocorrida em 1972, a ‘Mesa-Redonda de Santiago do Chile’ foi o acontecimento que influenciou profundamente a mudança no paradigma da museologia contemporânea, ao trazer para o centro das discussões a função social do museu e o caráter global das suas intervenções e também ao afirmar que

“o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção, situando suas actividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais.” (UNESCO *apud* Primo, 1999, p.106)

Para P. Santos (2009), embora o marco seja a década de 70, foi na década de 90 que se encontrou o ambiente favorável para efetuar tais alterações, por que “foi a transformação da sociedade que levou à mudança dos

parâmetros da museologia” (Moutinho, 1989, p.82), sendo o espaço propício para novas reflexões, renovações e alterações no campo museológico. M. Santos (2008) é da mesma opinião e considera que as reflexões em torno do papel social dos museus aconteceram em “um processo gradual, provocadas pelas mudanças na sociedade como um todo.” (Santos, M., 2008, p.74)

Em sintonia com circunstâncias locais, marcadas por interesses e necessidades, a concepção de função social é entendida de diferentes maneiras e resulta em distintas linhas de trabalho que traduzem-se em diferentes tipologias de ações sociais que buscam corresponder aos objetivos propostos por cada instituição museológica. Ou seja, não há uma conformidade sobre a principal finalidade da função social do museu; por que enquanto para algumas instituições o caráter social de uma ação museológica deve estar direcionado para a intervenção social que busca a transformação do meio, para outras instituições o caráter social de uma ação museológica deve estar direcionado para a legitimação do museu perante a sociedade.

Desde o princípio o potencial social, tanto do museu como da Museologia, esteve latente. Porém, este potencial manifesta-se a medida que o fator humano o percebe - e a forma como percebe - e cria estratégias para ampliar sua atuação.

“Museologia e Museus têm caminhos entrelaçados, responsabilidades recíprocas e cumplicidade no que tange à função social. A Museologia, enquanto disciplina aplicada, pode colaborar com a sociedade contemporânea na identificação de suas referências culturais, na visualização de procedimentos preservacionistas que as transformem em herança patrimonial e na implementação de processos comunicacionais que contribuam com a educação formal. O Museu, por sua vez, corresponde ao modelo institucional vocacionado à construção e à administração da memória, a partir de estudo,

tratamento, guarda e extroversão dos indicadores culturais, materiais e imateriais (referências, fragmentos, expressões, vestígios, objetos, coleções, acervos), mediante o cumprimento de três funções básicas: científica, educativa e social” (Bruno, 2006, p.5)

A conscientização da responsabilidade social, presente na Museologia contemporânea, e gradativamente num número crescente de museus, é reflexo de uma formação profissional que privilegia o fator humanitário, que elege o bem-estar do ser humano como principal meta a alcançar e que direciona reflexões, processos e iniciativas para este fim. Não é apenas a natureza das coleções que determina o comportamento social dos museus. Este comportamento está diretamente conectado a atitude do museólogo que, fundamentado em suas convicções e ideologias é capaz de direcionar a atuação do museu. Sua concepção de memória, identidade, cultura, sociedade, patrimônio, museu e também Museologia é a base que influencia sua ação no sentido de tornar o museu um espaço de transformação social, visto que “a conjunção entre museu e desenvolvimento social não existe em si, ela exige uma força de vontade e perseverança para vencer as forças contrárias” (Varine, 2008, p.14), atitudes que demonstram as convicções e ideologias que moldam uma vida profissional.

É parte do compromisso social que o museólogo opta assumir, ou não, perante o seu tempo, o seu espaço e a sua sociedade, contribuir para aliar o valor cultural à prática social, visando melhorias locais e cooperando para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

“A nossa orientação é a orientação do cientista social e do trabalhador social. E quando uso a expressão trabalhador social, uso no sentido que Florestan Fernandes e Paulo Freire usam. É de alguém que trabalha muito consciente, de uma consciência crítica, de uma consciência histórica, que trabalha

com, não trabalha para, não trabalha a favor ou contra.” (Rússio, 1984, p.88)

Ou seja, um museólogo que atua com os cidadãos pela busca do desenvolvimento social, e que interessa-se não apenas pelos projetos sociais mas que almeja contribuir para a formação autônoma do cidadão, sujeito que faz e exerce a política. O compromisso do museólogo que diz concordar com a Museologia Social é democratizar o conhecimento, disponibilizando o acesso a todos, para que estes possam construir novos conhecimentos baseados na pluralidade que compõe a cultura humana.

Para tanto, é necessário um posicionamento coerente com a função social adotada pela instituição, refletido no planejamento e explicitado em iniciativas. Afirmar o museu como um ambiente de transformação social não garante a concretização deste processo. Muito mais que ter discernimento, é imperioso congregar potencialidades e atitudes, traduzindo-as em ações.

Traduzir a função social em ações é implementar iniciativas que qualifiquem a relação entre museu, patrimônio cultural e público, promovendo melhorias aos indivíduos, refletindo também em melhorias para a sociedade. Estas ações, voltadas ao desenvolvimento do indivíduo, encontram na educação o subsídio fundamental para concebê-las, planejá-las e implementá-las; pois é através de uma ação educativa que o contato do público com o bem cultural é potencializado, contribuindo assim para os processos de construção de conhecimentos, que por sua vez caracterizam o processo educativo. (Aidar & Chiovatto, 2007) Portanto, a função social e a função educativa de uma instituição museológica possuem estreita ligação, influenciam e complementam uma a outra, simultaneamente.

1.2 Função Educativa do Museu

A noção de educação nos museus tem alargado-se com o passar dos anos, como um reflexo da ampliação do foco de interesse das discussões na área da Museologia, que

expandiu-se das coleções ao fator humano nas instituições museológicas. A concepção do museu enquanto instituição educadora, tendo ou não um setor específico encarregado da ação educativa, ganha evidência, sobretudo entre os profissionais do meio. Se no princípio via-se apenas o setor educativo como espaço destinado a ações educativas, hoje, cada vez mais outros setores do museu são instigados a demonstrar o viés educacional em suas atividades.

“La educación en el museo es un elemento demasiado importante como para dejar-la sólo en manos de los responsables del área educativa. Tiene que impregnar a todos los que trabajan allí (...) la política del museo debe ser una política educativa (...) la educación es el componente clave en la *raison d'être* de los museos.”¹¹ (Pittman, 1991, p.43 *apud* Hooper-Greenhill, 1998, p.25).

Para organizar, dinamizar e qualificar o caráter educativo inerente a toda Instituição museológica, a adoção de uma política educacional conectada ao seu plano diretor e que oriente o desenvolvimento de um plano de trabalho detalhado é de suma importância. Esta política deve estar integrada com os diferentes setores da Instituição, qualificando o caráter educativo das diversas tarefas museológicas, ampliando assim a utilidade social do patrimônio preservado.

É extremamente importante que cada museu procure maximizar a função educativa de seus acervos e atividades, visto o potencial educativo presente nas diversas áreas de atuação. Todos os funcionários podem desempenhar papéis relevantes na atuação educativa dos museus, mediante um trabalho de conscientização que

¹¹ "A educação no museu é um elemento importante demais para deixá-lo apenas nas mãos dos responsáveis pelo setor educativo. Deve permear todos os que trabalham lá (...) a política do museu deve ser uma política educativa (...) A educação é o componente chave na razão de ser dos museus". (tradução livre da autora)

discuta esta abordagem e capacite a equipe. (Museums & Galleries Commission, 2001)

Este trabalho de capacitação da equipe precisa iniciar pela abordagem da concepção do termo educação. A educação não pode ser sintetizada como um instrumento a serviço da Museologia. Ela é um entendimento que influencia o modo de pensar e atuar dos profissionais dos museus, para muito além do serviço educativo, sem um espaço restrito na instituição. No entanto, este alcance dependerá, diretamente, do conceito de educação que os profissionais adotam, além da percepção e da apropriação que fazem do vasto potencial presente na educação. Considerá-la um suporte para a estruturação, o desenvolvimento e a transformação das instituições museológicas, fornecendo subsídios cognitivos para o museólogo criar, adaptar e renovar processos, serviços e produtos, possibilita que a educação agregue qualidade à instituição e sobretudo para as relações humanas. Estender as atuações da educação para os outros setores, suscitando debates, reflexões, alterações, renovações entre os colaboradores, promovendo melhorias nas atividades desenvolvidas e no desempenho da equipe, compreendendo a contribuição para o desenvolvimento do fazer museológico, é perceber o museu como um espaço - genuinamente - educativo.

Ao disseminar a idéia da educação presente e atuante nos diferentes setores, o museu reconhece a relevância de adotar uma função educativa que transpareça os valores assumidos pela instituição e contribua para formar sua identidade organizacional, estimulando a coesão entre as diferentes atividades museológicas. Direcionada ao ser humano, e portanto intimamente relacionada à função social, a função educativa de uma instituição museológica ajuda a planejar e implementar a relação que o museu estabelece com a sociedade e o patrimônio. Deste modo, a elaboração da função educativa de uma instituição museológica deve ser encarada com muita seriedade e rigor, pois ao determinar sua orientação ideológica e seus objetivos, o museu sinaliza qual direcionamento estabelece para o funcionamento da Instituição e o andamento das atividades.

A função educativa de um museu é pautada pelas relações que estabelece com os públicos e pelos meios que utiliza para implementar estas interações. Logo, o museu precisa estar comprometido com a formação autônoma do indivíduo, para que, através dessas interações possa privilegiar a perspectiva do desenvolvimento do indivíduo, instrumentalizando-o a buscar avanços para a sua vida, cooperando para a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Logo, as ações educativas se apresentam como um meio bastante eficaz para potencializar essas interações e auxiliar na obtenção de resultados satisfatórios.

1.2.1 Ações Educativas em Museus

Dentre as diversas contribuições das instituições museológicas à sociedade, uma em especial destaca-se por facilitar, dinamizar, diversificar e qualificar a relação do indivíduo com o patrimônio cultural preservado: as ações educativas. Voltada para o indivíduo, a ação educativa nos museus é pensada e realizada para cooperar com o seu desenvolvimento, contribuir para o seu aprimoramento e facilitar o seu reconhecimento enquanto sujeito social, pois é através de uma ação educativa que o contato do público com o bem cultural é potencializado, contribuindo assim para os processos de construção de conhecimentos, que caracterizam o desenvolvimento do ser humano.

Um museu comprometido com sua sociedade, priorizará ações que instrumentalizem seu público, contribuindo para o seu processo de desenvolvimento pessoal, através de experiências que privilegiem a aprendizagem. Proporcionará aos seus públicos o acesso à uma formação voltada para o contato com os espaços museológicos, que os estimulem a olhar criticamente, a ler os objetos e os espaços, a identificar as mensagens subentendidas, a perceber o discurso oculto na expografia, a criar novos significados, relações, narrativas. Muito além da visita guiada à exposição, a ação educativa precisa privilegiar a preparação para as 'leituras da exposição', direcionando

suas iniciativas para a formação integral do ser humano. Assim,

“a ação educativa em museus, utilizando-se de textos, atividades, visitas, palestras, etc., deve ser capaz de potencializar a construção de conhecimentos do público em sua multiplicidade, desenvolvendo um olhar curioso e investigativo no contato com a instituição e os objetos ali resguardados, visando ampliar sua capacidade crítica.” (Chiovatto & Aidar, 2007)

Pautado nos princípios da educação não-formal, que entende a educação enquanto processo e privilegia o desenvolvimento do ser humano ao longo da vida, o museu encontra na ação educativa a estratégia para implementar seu caráter social e educativo. A ação educativa, por sua vez, encontra respaldo no patrimônio cultural preservado, que tem entre outros intuitos, auxiliar na reflexão do sentido da vida e nutrir a criatividade em toda sua diversidade. Tendo como referencial básico o patrimônio - seja ele natural, histórico, biológico, cultural, material ou imaterial - o museu é capaz de instrumentalizar o indivíduo, qualificando a relação que este estabelece com a sua realidade mediante iniciativas que potencializem essa interação.

Numa sociedade globalizada que, contraditoriamente ainda fragmenta os saberes através de currículos escolares, o patrimônio cultural pode ser visto como um contributo para estimular a capacidade de estabelecer relações e criar diálogos. Se “a habilidade de interpretar objetos e fenômenos culturais amplia a nossa capacidade de compreender o mundo” (Horta; Grunberg & Monteiro, 1999), bens culturais podem colaborar para a formação do indivíduo antenado com as exigências do seu tempo, que requer pessoas criativas e imaginativas, capazes de observar, analisar, interpretar, contextualizar e resignificar dados, fatos, tempos e espaços.

Portanto, sendo o patrimônio cultural “um referencial para o exercício da cidadania e do desenvolvimento social por meio do processo educativo” (Santos, M., 2008, p.16), é

através de uma ação museológica participativa, apoiada na apropriação deste patrimônio, que o museólogo será capaz de auxiliar os indivíduos a ampliarem a dimensão de valor e sentido em relação a suas práticas culturais.

O museólogo pode cooperar para que o cidadão perceba o patrimônio como um contributo para decifrar seus códigos, linguagens, paradigmas, valores, crenças e conceitos colaborando para que observe e compreenda, utilize, crie e recrie, escolha, valorize, divulgue e preserve aquilo que considerar parte de sua identidade e suas memórias.

Através do patrimônio cultural, o museu viabiliza a construção social da memória e a potencializa como ferramenta para a percepção crítica da sociedade e a promoção de melhorias sociais. Com o auxílio do patrimônio cultural, o museu desempenha o papel de mediador, articulando público, patrimônio e espaço, na busca pela construção, ressignificação e apropriação das identidades que auxiliam no processo de conscientização social.

O bem cultural composto de memórias, significados e valores, provoca novas idéias e sentidos, diferentes emoções. E é através da implementação de ações museológicas socialmente engajadas que o patrimônio cultural cumpre uma de suas funções primordiais: suscitar a criação de novos conhecimentos. Contudo, as interações entre sujeito e patrimônio são estabelecidas mediante a postura ativa do sujeito. Tais influências, dinamizadas no museu, desencadeiam um processo que visa estimular diferentes habilidades no indivíduo capacitando-o para atuar na sociedade, de maneira autônoma e consciente, mas que só atingirá resultados promissores mediante a sua vontade de interagir com o espaço, o patrimônio, as propostas.

Estas habilidades contribuem para o pleno exercício da cidadania, entendida como a capacidade dos indivíduos de participar das decisões políticas, opinar e interferir sobre os rumos da sociedade, apresentar seus próprios pontos de vista e compará-los com pontos de vista diversos, contribuindo assim para a construção de uma sociedade democrática. (Santos, M., 1990)

Ao acreditar que a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor, entende-se também que é necessário uma mudança na postura do cidadão. Esta mudança reside

“na possibilidade de o homem contemporâneo romper cotidianamente com as trevas da alienação. Isso se daria, a todo instante, nas relações diárias, criando relações que eliminem o homem ‘marcado’ historicamente e apontem, dentro desse homem, o ser universal que possui. Trata-se de pensar, sentir e agir no sentido de que a democracia se constrói a todo instante, nas relações sociais de que fazemos parte” (Manzini-Covre, 2006, p.64),

assumindo assim que a responsabilidade para a construção de uma sociedade igualitária é de todos. Logo, se ‘todos’ são responsáveis por este processo de mudança, ‘todos’ devem ter oportunidade de implementar suas habilidades para participar conscientemente. Direcionando essa reflexão para o contexto museológico, subentende-se que é preciso incluir ‘todos’ como público-alvo das iniciativas educativas nos museus, adaptando as ações à diferentes demandas. Esse processo inclusivo pode ter início no interior do próprio museu, ao reconhecer a equipe de funcionários da instituição como público, e por isso alvo de atenção das ações educativas.

Implementar ações culturais e educativas voltadas para a equipe do museu, é direcionar o foco de atenção e atuação para o interior da instituição, quando na grande maioria das vezes ele está direcionado para o exterior da instituição. Privilegiar o público interno e sua qualificação - pessoal e profissional - é colaborar para que as possibilidades de uso educativo e social do patrimônio cultural comecem a suscitar mudanças já no interior do museu, junto à equipe de trabalhadores, também cidadãos da sociedade.

“Assim, é necessário enxergar que a ação cultural é, também, atividade interna, é troca, é compartilhamento de informações, é

reconhecimento da importância de todos os trabalhadores da instituição, e é, sobretudo, o estabelecimento de uma ética de confiança e de parcerias. Trabalhar com o colega que é responsável pela segurança das nossas exposições, da limpeza, dos serviços gerais, é reconhecer a importância de cada um para alcançarmos a nossa missão, é reconhecer a importância da preservação, da segurança e da conservação em nossas vidas, no interior do museu e fora dele. É ação de formação e informação, é contribuição efetiva para a cidadania responsável pela preservação do patrimônio cultural, que é de todos.” (Santos, M., 2007, p.7),

uma organização só será capaz de atingir seus objetivos e suas metas se a sua equipe estiver coesa com as propostas da instituição. Aliado a este aspecto é importante ressaltar que o processo de influência mútua entre uma organização e sua equipe é bastante intenso. Logo, a relevância de ater-se aos recursos humanos, privilegiando o apoio à aprendizagem de todos os envolvidos com o fazer cotidiano da instituição, é um ponto estratégico para o êxito de uma organização. Estimular aprendizagem que privilegie a compreensão humana e intelectual é promover melhorias tanto para a equipe como para a Instituição.

As iniciativas realizadas pelo museu que tem como intuito o desenvolvimento do ser humano, podem suscitar resultados positivos ao nível individual – relacionado à esfera pessoal, psicológica e emocional da vida de uma pessoa – e ao nível coletivo – relacionado à vida social de uma pessoa (Aidar, 2002), mediante o desenvolvimento de diferentes perspectivas.

- Consciência histórica e noção de temporalidade

O compromisso em preservar testemunhos da historicidade é uma das diversas formas que o museu possui de colaborar para a qualidade de vida da população, aspecto essencial para o progresso social. O contato com o patrimônio

cultural, visto como testemunho da historicidade do sujeito, pode estimular o desenvolvimento da noção de temporalidade, assim como a consciência histórica, objetivando a integração do indivíduo em seu meio. E essa conscientização da relação temporal e histórica, a compreensão do indivíduo acerca do tempo e do espaço social em que está inserido, auxilia-o muito em seu processo de auto-conhecimento. Logo, o patrimônio cultural visto com referencial básico da trajetória humana, atua como facilitador para a reflexão crítica a respeito da condição humana na sociedade.

Ao colocar o indivíduo em contato com as memórias de um tempo passado, ao instigá-lo a (re)pensar e indagar o tempo presente e também ao estimulá-lo a criar o tempo futuro, o patrimônio contribui para um processo de reflexão que, por sua vez, pode colaborar para uma mudança de atitude frente aos desafios da sociedade pois,

“Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos.”
(Freire, 1984, p.33)

Portanto, qualificar o uso do patrimônio cultural, para que ele seja empregado como ferramenta para compreensão do meio, da história, é justificar a relevância de sua preservação, não apenas como testemunho do passado, mas como subsídio para a ação no presente; pois o ato de preservar deve ter o objetivo de “contribuir para a formação do cidadão, para que ele possa criar e transformar a realidade, tendo como base a cultura produzida, que será o estímulo para um novo fazer cultural. (Santos, M., 1994, p.103)

- Diálogo

Promover ações dialógicas é permitir uma maior participação e integração dos indivíduos no processo,

estimulando sua autoconfiança; é viabilizar o respeito aos saberes e experiências de vida, estabelecendo assim a igualdade das vozes, quando todos falam e escutam. E é justamente num contexto marcado pelo diálogo que se cria oportunidade para o questionamento, para a reflexão, para o debate. Por conseguinte, museus que adotam atividades baseadas na educação dialógica, marcadas pela mediação e pela construção coletiva de conhecimento, privilegiam o desenvolvimento dos indivíduos envolvidos no processo.

O diálogo permite a socialização de descobertas, o confronto de concepções, a prática da escuta, o exercício da argumentação e da revisão de antigos conceitos, o respeito à opinião alheia, a aceitação da mudança, do novo. É num contexto dialógico que o sujeito toma real consciência sobre suas próprias opiniões, e desta forma torna-se confiante para expressar suas idéias e defender suas convicções.

“Se, como sinaliza Paulo Freire, é na palavra que o homem faz; então o diálogo é o caminho que se impõe para a educação, para o patrimônio cultural e para a educação em museus, sobretudo por que dialogar faz parte da natureza histórica do ser humano. Este campo do conhecimento que se fundamenta na educação dialógica, parte da compreensão de que os indivíduos têm suas experiências diárias. Oferece a possibilidade de se começar do concreto, do senso comum para se chegar a uma compreensão rigorosa da realidade. É ouvir os indivíduos falarem sobre como compreendem seu mundo e caminhar junto com eles no sentido de uma compreensão crítica e científica dele” (Cabral & Rangel, 2008, p.163),

tendo como subsídio para esse processo reflexivo o patrimônio cultural, que se faz registro preservado da trajetória humana. O diálogo relaciona-se com a criticidade e esta com a mentalidade democrática (Freire, 2005). Logo, ação educativa baseada no processo dialógico é caminho para o desenvolvimento do pensamento crítico e

conseqüentemente para a construção de espaços democráticos.

- Críticidade

Para Santos (1990), o processo de educar através dos bens culturais preservados, deve incluir a análise e o entendimento da contemporaneidade. Sem o confronto passado/presente é difícil entender o patrimônio cultural como produto do homem enquanto sujeito da história, como resultado das suas relações sociais e políticas. “Com um olhar vago sobre o passado, não podemos fazer História, nem sermos sujeitos da História - sujeito político, cidadão.” (Santos, M., 1990, p.57)

Ao promover ações que dialogam com a contemporaneidade e seus desafios, o museu assume a capacidade de provocar questionamentos que suscitem reflexões sobre a realidade que envolve o indivíduo. Estas ações, impulsionam o processo de aprimoramento do pensamento crítico e direcionam o desenvolvimento de uma postura ativa frente à realidade, pois

“quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias.” (Freire, 1984, p.30)

A conquista de um estado de consciência mais abrangente e a compreensão do indivíduo acerca do tempo e do espaço social em que está inserido, exige esforço e envolvimento. De acordo com a pedagogia crítica, a interação e as trocas sociais são condições necessárias para o desenvolvimento do pensamento. (Cabral & Rangel, 2008) A interação sujeito e patrimônio dá-se mediante a predisposição do indivíduo que a partir da observação atenta, da análise crítica, da articulação de idéias é capaz de rever opiniões, reconstruir concepções e criar novos conhecimentos. Potencializar a relação que o público estabelece com o patrimônio passa, essencialmente, por ações de cunho educativo que objetivem instrumentalizar o indivíduo, através

do desenvolvimento de suas atitudes. Para além da informação, instigar a curiosidade. Para além do olhar, instigar a observação. Para além da leitura, instigar a interpretação. E assim estimular uma postura reflexiva, crítica, atuante, consciente, que é justamente o que contribui para o indivíduo não apenas estar no mundo, mas ser no mundo e com o mundo, uma vez que é das relações que estabelece com a realidade que resulta o conhecimento humano. (Freire, 1984)

“A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade. (Freire, 2005, p.112).

As relações que o indivíduo estabelece com sua realidade, retratadas no museu, podem estimular uma análise crítica em relação ao seu meio, em relação ao lugar que ocupa neste contexto, o qual pode provocar também um desejo de ação, de participação, de interação. É justamente “essa consciência crítica que leva o homem a perceber melhor o seu mundo, a perceber as relações com os outros homens e a se perceber também como um projeto inacabado. E é isso que proporciona o desejo de mudança e a ação para a mudança” (Rússio, 1984, p.66), e faz com que o indivíduo perceba-se enquanto parte desta sociedade.

- Noção de pertencimento

O sentimento de pertencimento é próprio ao ser humano. Os indivíduos, enquanto seres sociais que são, buscam pertencer a algum domínio - seja um espaço, um lugar ou um grupo - que lhe identifique, caracterize e diferencie. Esta noção de pertencimento está intimamente

relacionada à noção de participação, que faz o indivíduo sentir-se parte de um coletivo, que lhe possibilite integrar e compartilhar determinadas características com outras pessoas.

O museu, enquanto espaço de memórias e referências culturais, possibilita o exercício individual e coletivo do sentimento de pertencimento, visto que através do patrimônio cultural o indivíduo é capaz de reconhecer-se membro de uma coletividade que partilha especificidades e particularidades. O patrimônio cultural preservado colabora para que o indivíduo sinta-se membro dessa coletividade, percebendo que esses bens culturais lhe pertencem também porque lhe representam. E através da socialização destes bens, a cultura contribui para os indivíduos perceberem-se parte de um grupo social e construir sua própria identidade.

- Identidade

Construída socialmente, e desenhada a partir de escolhas políticas, “a identidade cultural está, assim, muito intimamente ligada à vida e à história dos homens, bem como à consciência que eles têm de si mesmos. Não se trata de ser mas de saber-se ser, ou de se saber ser como tal.” (Guarnieri 1990, p.41) Esta percepção e conscientização sobre a relação temporal e histórica auxilia muito o ser humano em seu processo de reconhecimento e auto-conhecimento.

Tanto as identidades pessoais como as identidades coletivas são construídas, reconstruídas e revisitadas constantemente, com o apoio das memórias preservadas. (Santos & Chagas, 2007) O museu, enquanto mediador cultural, constitui-se em espaço propício para esse processo de negociação e ressignificação, enquanto o patrimônio cultural compõe-se em subsídio essencial para a reconstrução de noções e concepções.

Relacionada ao fortalecimento de uma consciência histórica e também uma consciência social, a identidade é vista como uma afirmação política e social, como um princípio pré-eminente e organizador da sociedade (Santos, 2009). Desta forma, auxilia no processo de conscientização social do

indivíduo e, conseqüentemente, contribui para a constituição de uma sociedade formada por cidadãos críticos e atuantes.

Ao auxiliar o indivíduo em seu processo de caracterização e diferenciação humana, a identidade contribui para a conscientização sobre a importância da diversidade para o desenvolvimento humano. Para tanto, o potencial do museu está em “contribuir para o reconhecimento das identidades culturais, para seu fortalecimento e para o reconhecimento da existência de outras culturas, que merecem igual respeito” (Toral *apud* Araujo & Bruno, 1995, p.10), colaborando assim para a formação de uma sociedade muito mais tolerante, onde a discriminação perca espaço entre as pessoas.

- Diversidade cultural

Uma das contribuições da Museologia contemporânea para o aumento da qualidade de vida dos indivíduos está ligada ao exercício da cidadania, expresso na diversidade cultural representada no patrimônio, uma vez que acredita-se que “o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais” (UNESCO, 2002, p.2)

A diversidade é o conceito fundamental para a reflexão, para a adaptação, para a troca, para a construção, para a mudança, para a invenção, entre outros processos que caracterizam a existência humana e fazem-se essenciais para a dinâmica da vida. Vista como fator de enriquecimento, a diversidade cultural amplia a oferta de referências e as possibilidades de escolha que se oferecem a todos, além de propiciar intercâmbios culturais e o desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública.

“Toda criação tem suas origens nas tradições culturais, porém se desenvolve plenamente em contato com outras. Essa é a razão pela qual o patrimônio, em todas suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da

experiência e das aspirações humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas.” (UNESCO, 2002, p.4)

Portanto, a formação do cidadão passa pela conscientização de que no âmbito da cultura toda manifestação deve ser respeitada por ser reflexo da expressão humana. “Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural” (Horta et al., 1999, p.7), é entender que não existem culturas mais importantes do que outras, é entender que não existem culturas melhores do que outras.

O aprendizado do respeito à diversidade e da valorização à pluralidade são questões pertinentes ao museu, quando este também educa para uma maior tolerância frente à heterogeneidade de idéias que compõe a sociedade. A defesa da diversidade cultural implica também no compromisso em respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, sendo de tal modo uma facilitadora para a democraticidade cultural, a qual está relacionada ao desenvolvimento social e conseqüentemente à um contexto democrático.

São diversos os meios pelo qual o museu pode potencializar a relação do indivíduo com o bem cultural. Aguçar junto aos públicos a criatividade para olhar o patrimônio cultural e criar novos sentidos; despertar emoções e inspirar sensações para resignificar suas experiências e reconstruir antigos conceitos; provocar questionamentos e estimular a criticidade para facilitar a construção de conhecimentos a partir da análise e interpretação do patrimônio cultural, promover o reconhecimento da pluralidade cultural existente na sociedade contemporânea para incentivar o respeito ao diverso e a valorização do desigual, são algumas das diversas contribuições de uma prática museológica desenvolvida com criticidade, aplicada com autonomia e engajada socialmente.

Pode-se afirmar que o serviço educativo nas

instituições museológicas simbolize a parceria entre museu e Educação, que o público escolar represente a maior parcela de público e que a Educação Patrimonial seja um exemplo de iniciativa. Porém, é necessário que os profissionais dos museus ampliem seu entendimento sobre as possibilidades de interação entre as áreas, para assim expandir a relação entre Museologia e Educação, ambas construções humanas e portanto reflexos de seus criadores. Desta forma, será possível aproximar-se da recomendação feita no ano de 1992, na 'Declaração de Caracas', de que

“o museu é um importante instrumento no processo de educação permanente do indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento de sua inteligência e capacidades crítica e cognitiva, assim como para o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo sua identidade, consciência crítica e auto-estima, e enriquecendo a qualidade de vida individual e colectiva”
(UNESCO *apud* Primo, 1999, p.237)

propiciando assim, oportunidades educacionais à toda a sociedade.

Embora sejam iniciativas importantes para o contexto educacional da Museologia, visita guiada não é garantia de entendimento, enquanto Educação Patrimonial não é garantia de valorização. É necessário encarar o desempenho da função educativa do museu com seriedade, rigor e qualidade. Há que se criar e utilizar um plano educacional adequado ao projeto político-pedagógico da instituição, há que se conhecer as expectativas e necessidades dos públicos que deseja-se atingir, há que se construir critérios para direcionar as ações, há que avaliá-las constantemente. Tendo em mente que “the current scene in museum education presents a crossroads of change. Clear policies and well-founded educational convictions Will be required to identify ways forward that do not compromise the

genuine museum learning experience”¹² (Hooper-Greenhill, 1994, p.241), é importante a equipe do museu investir na reflexão e discussão acerca do tema.

Pensar o museu no todo, enquanto um processo educativo, e identificar as possibilidades de aprendizagem presentes nas tarefas cotidianas da instituição, é o diferencial para a instituição que pretende colaborar com a sociedade na qual está inserida. É preciso compreender que os museus possuem potencial para oferecer oportunidades educacionais para todos os públicos. É preciso perceber a ação educativa de uma forma mais abrangente, muito além do serviço educativo. É preciso identificar o caráter educativo presente na ação de pesquisa, preservação e comunicação. É preciso aceitar que o implemento do compromisso social passa, inevitavelmente, pela educação. Em suma, é preciso reconhecer a função educativa dos museus como aspecto fundamental para o desenvolvimento e o progresso da Instituição.

Se a Museologia contemporânea busca, progressivamente, centrar-se na responsabilidade social, a educação é o meio pelo qual os profissionais podem aprender a relacionar-se com as necessidades e as expectativas dos indivíduos, tendo em mente que “‘museum education’ is an infinitely more complex aspect of museum work wich is fast becoming one of the most necessary”¹³ (Hooper-Greenhill, 1994, p.252)

¹² "O atual cenário da educação em museu apresenta uma encruzilhada de mudança. Políticas claras e convicções educacionais bem fundamentadas serão necessárias para identificar maneiras de avançar que não comprometam a verdadeira experiência de aprendizagem em museu." (Tradução livre da autora)

¹³ " 'Educação em Museu' é um aspecto do trabalho em museus infinitamente mais complexo e está a tornar-se rapidamente um dos mais necessários". (Tradução livre da autora)